

Cachoeiro de Itapemirim, 20 de maio de 2024

Comunicado: 015/2024

**AÇÃO JUDICIAL COLETIVA – ILEGALIDADE DO NOVO CÁLCULO DA TCFA
(Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental)**

Às Empresas Associadas,

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ROCHAS ORNAMENTAIS CAL E CALCÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SINDIROCHAS, por meio de sua assessoria jurídica, comunica que ingressou, em 17/05/2023, perante a Justiça Federal do Espírito Santo, com ação judicial coletiva a favor de seus associados, a fim de garantir o direito de não serem compelidos ao recolhimento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA na forma como regradada pela alínea “b” do inciso II do art. 13 da Portaria IBAMA n. 260, de 20 de dezembro de 2023, ou seja, considerando a renda bruta anual da pessoa jurídica como um todo (matriz + filiais).

Na presente ação judicial, em apertada síntese, defende-se que a Portaria IBAMA 260/2023 incidiu em verdadeira afronta aos princípios da capacidade contributiva, da isonomia e da vedação ao confisco, bem como, em clara violação ao princípio da legalidade, ao extrapolar os limites do dispositivo originário (art. 17-D da Lei nº 6.938/1981), pelo que deve ser considerada nula, ilegal e inconstitucional.

O processo está registrado sob nº 5015106-14.2024.4.02.5001 e contempla o reconhecimento do direito à restituição por via administrativa dos valores indevidamente recolhidos a tais títulos no ano de 2024.

Salienta-se que ainda não há decisão no processo, mas qualquer andamento relevante que houver será comunicado aos associados.

Por fim, a assessoria jurídica do Sindirochas, por intermédio do escritório David & Athayde Advogados, a qual patrocina essas ações, encontra-se à disposição de todos os associados para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir, por intermédio dos e-mails daniel@da.adv.br (Dr. Daniel Soares Gomes); rogerio@da.adv.br (Dr. Rogério David); e; pelo telefone: (27) 98816-69279.

Atenciosamente,

SINDIROCHAS
Espírito Santo